



# Queixa Escolar e Pseudoconcreticidade

Eduardo Freitas Prates  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
São Paulo, 2013



# SUMÁRIO

1	Resumo	2
2	Introdução	3
3	Teoria e história	4
4	O caso de Laura: entre a aparência e a essência da pseudoconcreticidade	13
5	Considerações finais	20
6	Bibliografia	22



## 1 RESUMO

Este texto tem como objetivo pensar os atendimentos psicológicos, especificamente voltados às queixas escolares, a partir de uma reflexão filosófica que parte do materialismo histórico- dialético e da centralidade da categoria de pseudoconcreticidade, proposta por Karel Kosik, diante da relação do singular-particular-universal. A presente reflexão não apenas limita-se à crítica, como propõe modos de pensar a realidade para além da superficialidade cotidiana, de modo a desconstruir fenômenos tidos como estabelecidos em sua aparência e deles extrair a complexidade constituinte das queixas escolares e a efetividade de ação dos psicólogos diante dessas demandas.

Palavras-chave: Queixa escolar; Pseudoconcreticidade; Ética; Racismo



## 2 INTRODUÇÃO

Este texto pretende contribuir para a discussão teórica dos atendimentos em Orientação à Queixa Escolar, tomando como centro da discussão o conceito de pseudo-concreticidade e a relação de singular-particular-universal, ambos retirados da tradição marxista para subsidiar a presente exposição. É necessário esclarecer que não se pretende realizar um estudo original, pelo contrário, lança-se a hipótese de que a discussão exposta sempre esteve presente na Orientação à Queixa Escolar e mesmo nas bases que favoreceram sua criação quando se explicitou a necessidade de assumir um compromisso ético-político na Psicologia.

Não se trata somente de uma discussão teórica, mas de uma afirmação ética a partir de um referencial teórico específico, a saber, o materialismo histórico-dialético e o compromisso de não reproduzir estruturas de repressão e exploração que permitam a produção do sofrimento psíquico em um amplo contexto social em que a educação faz parte. Nega-se a redução de fenômenos sociais em diagnósticos-rótulos e classificações simplistas que mascaram o preconceito, impedindo intervenções efetivas de questões sociais. Apesar de o texto configurar-se como um trabalho teórico será exposto um caso clínico que partiu da reflexão já desenvolvida por mim naquele momento, no entanto, amadurecida e sistematizada durante o processo terapêutico, permitindo a escrita da primeira versão apresentada como monografia<sup>1</sup>.

Não se priorizou uma revisão extensa da bibliografia, tendo em vista os objetivos limitados deste trabalho que nasceu em 2013 como uma contribuição à Orientação à Queixa Escolar e permanece com a mesma finalidade, abordando temas semelhantes de outras contribuições, das quais, pretendo colaborar, na esperança que pequenas intervenções que obviamente não mudarão o mundo, permitam mudar histórias individuais, alterar o curso das vidas de crianças e adolescentes presas na lógica da normatização do capitalismo.

---

<sup>1</sup>Durante o curso de aperfeiçoamento de Orientação à Queixa Escolar, ministrado pela psicóloga Beatriz de Paula Souza entre 2012 e 2013, foram atendidos dois casos nas dependências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Somente um deles será apresentado neste texto.



### 3 TEORIA E HISTÓRIA

A Psicologia historicamente tem contribuído para a construção de uma sociedade calcada na divisão de classes e permeada por teorias que desqualificam o indivíduo dependendo de sua colocação social, privilegiando uma determinada visão de mundo.

Em decorrência da limitação e mesmo dos objetivos deste trabalho não será apresentado um quadro histórico detalhado, mas um breve esboço que explica a construção ao longo da história de uma ciência comprometida com os interesses das classes dominantes.

No Período Colonial, conhecimentos psicológicos eram utilizados por meio de disciplinas, tais como Medicina, Pedagogia e Teologia no sentido de intervir na educação e em outras áreas, compreendendo os fenômenos sociais, de modo a atender aos aparelhos repressivos e justificar a organização social. (ANTUNES, 2003)

Patto (2010) argumenta que o período da Primeira Republica no Brasil, teve o uso da psicologia como instrumento de dominação mais evidente, em especial na educação, construindo a partir daí uma tradição na área em que o indivíduo era visto em um contexto isolado e a avaliação sobre sua personalidade ou capacidade passava por um filtro ideológico supostamente neutro. Entretanto essa prática fabricava rótulos garantindo a exclusão e justificação das “incompetências” das crianças que não se adequavam ao modelo escolar.

A partir da década de 1980, quando a Psicologia Escolar realiza um movimento de autocrítica, incorporando a discussão do materialismo histórico-dialético, estreitando a relação com os conhecimentos da Psicologia Social e afinando-se com conhecimentos da Antropologia e da Sociologia, que inclusive reverberaram fortemente nas pesquisas da época em métodos de pesquisa distintos tais como observação participante e a etnografia é que se possibilita uma compreensão institucional, tomando como análise as políticas públicas e dessa forma, abrindo espaço para uma atuação distinta que supera o modelo clínico. (FEIJÓ, 2000)

É neste movimento histórico que a Psicologia Escolar passa a se constituir, emba-



sada na análise da instituição, levando em conta aspectos macroestruturais. Entretanto a demanda de atendimentos às queixas escolares no contexto clínico carecia de uma perspectiva crítica e que atendesse essas crianças e adolescentes, é a partir desse momento em confronto com a psicologia tradicional e na necessidade de criar um novo modelo de clínica que surge a Orientação à Queixa Escolar. Tal abordagem trazia novas formas de compreensão:

Era preciso, ainda, ter um olhar para as pertencas sociais (camada socioeconômica, grupo étnico e religioso, por exemplo) dos envolvidos e os desdobramentos disto na vida e na carreira escolares da criança e do adolescente atendido. A passagem de uma criança pobre e negra pela escola tende a guardar diferenças significativas em relação à uma rica e branca. [...] (SOUZA, 2010a, p. 99)

O que aparentemente parecia obvio, não era, principalmente se levarmos em conta a tradição de neutralidade política construída pela Psicologia e outras ciências que em favor de uma legitimidade científica, ou seja, uma prática que tinha por princípio ignorar o contexto social e as condições reais em que a criança atendida estava imersa. Mas como pensar a queixa nessa nova abordagem?

*Trata-se de uma abordagem que parte de uma determinada concepção da natureza e da gênese da queixa escolar, entendida como aquela que tem, em seu centro, o processo de escolarização. Trata-se de um emergente e rede de relações que tem como personagens principais, via de regra, a criança/ adolescente, sua escola e sua família. O cenário principal em que surge e é sustentada é o universo escolar.*

Assim, nosso objetivo de investigação/ intervenção é esta rede e como as relações entre seus integrantes desenvolve-se. Considerando que um momento é construído ao longo de uma história que lhe dá sentido, conhecer e problematizar tal história inclui-se necessariamente no atendimento.

*Nosso objetivo é conquistar uma movimentação nessa rede dinâmica que se direcione no sentido do desenvolvimento de todos os seus participantes – daí nossa contraposição às práticas adaptacionistas, que entendem a superação da queixa escolar como uma mudança apenas da criança/ adolescente portadora da queixa, abrangendo também sua família, mas deixando intocada a Escola. [...] (SOUZA, 2010a, p. 100, grifos da autora)*



Desta forma podemos considerar que ambos os movimentos, seja o de construção da Psicologia Escolar, seja o nascimento da Orientação à Queixa Escolar, vem em resposta à necessidade de romper com uma tradição da Psicologia em sua proposta ideologicamente comprometida com os interesses das classes dominantes e a manutenção de uma sociedade fragmentada, além de fabricar ingenuamente uma criança abstrata e permitir a manutenção da escola tal como se constitui hoje. Souza (2010b), ao apresentar a conclusão de seu estudo com prontuários, observou que:

No caso específico da queixa escolar, a visibilidade se expressa na manutenção de uma escola sabidamente excludente. Não questionar a origem do encaminhamento, não considerá-la na prática de atendimento, apesar das melhores intenções que possam ter os psicólogos, é participar do processo de exclusão escolar de nossas crianças e adolescentes. (SOUZA, 2010b, p. 55)

Neste sentido chamamos a atenção para este momento chave, esse movimento que se esforça por captar as condições concretas que constituem as queixas escolares, a rede de relações das crianças e as condições da instituição em que ela e os educadores estão envolvidos. Esse movimento específico sugere uma mudança de olhar que diferente do posicionamento tradicional da Psicologia, ignora a suposta neutralidade científica para assumir um compromisso ético-político.

Compreendendo esse percurso na busca de uma nova prática é que propomos a análise da categoria de pseudoconcreticidade criada pelo filósofo marxista, Karel Kosik em sua obra *Dialética do Concreto*. Entretanto cabe a questão: por que relacionar os atendimentos às queixas escolares com um único conceito? Tal questionamento é importante, pois o perigo para o reducionismo e a deturpação tanto de uma prática quanto à de um conceito são perfeitamente plausíveis se não forem tratados com a devida cautela. Porém, há justificativas para esta incursão teórica.

A ruptura teórico-metodológica, empreendida pela Psicologia Escolar, traz em seu cerne uma análise calcada no materialismo histórico-dialético, o que torna a Orientação à Queixa Escolar tributária deste movimento histórico. Desta forma, propomos a reflexão do conceito de pseudoconcreticidade a partir de Karel Kosik que entende esta categoria como:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. [...] (KOSIK, 2011, p. 15)



O resgate da categoria da pseudoconcreticidade traz à luz a fundamentação da práxis do psicólogo e de seus objetivos frente à visão que deve ter da singularidade da criança, sua queixa e das condições em que ambas são produzidas, sem perder de vista a ocultação do fenômeno que se manifesta de forma aparentemente clara, como demonstra o trecho a seguir:

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. (KOSIK, 2011, p. 15).

Tendo em vista, o trecho acima, podemos relacionar com o nosso foco de discussão que é a compreensão das queixas escolares como parte da pseudoconcreticidade, como formas que trazem a manifestação de um fenômeno, mas de uma maneira que não revela sua estrutura real, limitando-se à superfície.

A atuação do psicólogo frente esta situação na abordagem de Orientação à Queixa Escolar é justamente promover a ruptura da queixa tal como é vista e a construção de um trabalho que permita superá-la e construir possibilidades em que a criança possa emergir em seu meio sem prender-se ao fenômeno imposto à sua condição. Entendendo que estas colocações possam soar abstratas e antecipando parte da discussão dos casos que serão expostos adiante, é necessário esclarecer sobre fenômenos específicos que tem marcado presença frequente nos atendimentos psicológicos, assim como no contexto escolar em si, são eles: o bullying e a medicalização.

O fenômeno do bullying tal como é tido é claramente um fenômeno de pseudoconcreticidade, a partir do momento que parte da concepção que reduz os fenômenos à individualidade da criança que exerce ou sofre a agressão e não a um problema coletivo que deve ser analisado em seu devido contexto<sup>1</sup>.

A Orientação à Queixa Escolar parte das situações concretas que constituem a queixa e não se limita apenas à criança isolada, tendo em vista uma visão abrangente do

<sup>1</sup>A psicóloga Carla Biancha Angelucci realizou uma análise interessante sobre o assunto em alguns eventos que participou, expondo que não vê motivo para substituir a palavra preconceito com um novo conceito, que é exatamente o que vem acontecendo com o suposto fenômeno do bullying, que ao mascarar e individualizar as questões perde de vista o contexto político da situação e os reais conflitos que estão acontecendo na escola. Alguns desses eventos foram, o Seminário “Bullying???” (realizado na Câmara Municipal de São Paulo em 26 de setembro de 2011), a Mesa Redonda “Violência nas escolas – humilhação social, sofrimento psíquico e possibilidades de transformação” (realizada no I Encontro da Representação Paulista da ABRAPEE na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 29 de junho de 2012) e o Grupo de Discussão sobre Bullying (realizado no IV Encontro Interinstitucional de Atendimento Psicológico à Queixa Escolar na Universidade São Judas Tadeu em 4 de maio de 2013).





fenômeno para, a partir dele intervir na rede de relações e efetivamente gerar mudanças que interfiram na queixa escolar e nas relações institucionais.

Aparentemente algo simples, não é de toda forma considerado quando, por exemplo, se aceita acriticamente o fenômeno de bullying que por si só, realiza um movimento de reducionismo e responsabilização das crianças envolvidas, inclusive sugerindo intervenções da polícia e ações judiciais, invadindo o campo da educação<sup>2</sup>.

Bullying, portanto, é a manifestação da agressão e a humilhação contra crianças no interior da escola. A discussão muitas vezes restringe-se entre vítimas e algozes, mas a produção do fenômeno, sua manutenção na instituição, muitas vezes, sequer é discutida, pelo contrário são ignoradas ou quando tratados, são de maneira superficial, de modo a legitimar a compreensão do fenômeno na simples relação de agressor/ agredido.

O elemento de sua produção ou sua manifestação real, o preconceito, sequer é colocado em jogo, ou se é, reduz-se à relação causa-efeito e a visão do fenômeno continua estritamente desvinculada do contexto institucional e da produção social.

Oliveira e Barbosa (2012) ao realizarem uma pesquisa comparativa em relação à ocorrência de bullying entre alunos com dotação e talento (D&T) e alunos sem esta característica, chegaram à conclusão de que crianças com D&T, em geral, não diferem das outras crianças no contexto escolar, entretanto, as mesmas costumam sofrer mais agressões, em especial às que tem inclinação para artes. As autoras, apoiadas em farta bibliografia, descrevem os seguintes grupos envolvidos na manifestação do bullying que são, vítimas passivas, vítimas agressivas, observadores e agressores, argumentando o seguinte:

De acordo com os autores, as vítimas passivas podem ser caracterizadas como inseguras, ansiosas e incapazes de se defenderem. As vítimas agressivas geralmente apresentam temperamento exaltado, retaliam o ataque e/ou agridem a outros. Os observadores ou não participantes são aqueles que convivem com a violência, mas não se manifestam sobre ela. Os agressores, individualmente ou em grupo, podem ser os líderes ou seguidores dessa forma de agressão.

Essa pesquisa, assim como diversas outras que a fundamentam e reportam-se ao conceito de bullying, inevitavelmente se mantém em uma visão acrítica e reproduzem o óbvio, as categorias e o contexto desta investigação são uma clara constatação do que

<sup>2</sup>Nos dias atuais, em fins de 2019, na revisão deste texto, originalmente redigido em 2013, testemunhamos a ação de grupos da extrema direita no poder que passaram a pautar a presença da polícia nas escolas e a militarização do ensino, transformando o modelo do ensino público em escolas militares. A diferença e pluralidade subjetivas, abolidas em nome da disciplina e dos bons costumes, contexto inimaginável 6 anos atrás.



pode ser observado sem necessariamente levar em conta uma pesquisa científica, ou no caso, entendendo que as constatações provêm de uma pesquisa supostamente científica fica claro que elas não passam da análise da superfície do fenômeno, atém-se à compreensão e manutenção da pseudoconcreticidade.

A medicalização, por sua vez, é outra manifestação clara de pseudoconcreticidade e é compreendida por Moysés e Collares (2010, p. 72) como “*o deslocamento de problemas inerentes à vida para o campo médico, com a transformação de questões coletivas, de ordem social e política, em questões individuais, biológicas*”. Tal concepção não se restringe apenas ao campo da medicina, mas envolve outras áreas da saúde.

Não se pode ignorar que atualmente rótulos, tais como TDAH e dislexia, dentre outros, tem sido comuns em atendimentos às queixas escolares. Souza (2010c) aponta que no ano de 2009, em uma triagem com pais de cinco crianças, verificou que todas tinham suspeita de serem portadoras destes supostos transtornos, seja pela opinião de professores que acompanham o cotidiano escolar dessas crianças ou mesmo pela pesquisa de uma mãe na rede virtual que concluiu que a filha tinha todas as características de um diagnóstico.

O questionamento sobre a cientificidade destes fenômenos vem sendo feito há décadas, mas atualmente a ciência médica com apoio do financiamento da indústria farmacêutica, tem conquistado espaço não só nas mídias, mas nos próprios serviços de saúde e centros de pesquisa que tem produzido “evidências” da existência de diversos diagnósticos e pesquisado medicamentos e formas de tratamento com altos custos.

Moysés (2001, p. 97) alerta que “*as crianças em idade escolar estão sendo submetidas a exames com o objetivo de avaliar aquilo que esses exames não são capazes de avaliar*”. E não somente isso, acrescenta que “*podemos afirmar que sob o cientificismo algoritmo de criança que não aprende e/ ou criança com problema de comportamento + exame físico normal + exames laboratoriais normais esconde-se, de fato, a criança que incomoda*”. (MOYSÉS e COLLARES, 2010, p. 80)

Quando uma criança comparece ao atendimento, diagnosticada ou pré-diagnosticada<sup>3</sup>, com um destes rótulos<sup>4</sup>, temos um exemplo de manifestação da pseudoconcreticidade,

<sup>3</sup>Compreendo como pré-diagnóstico, a suspeita que emerge no discurso dos pais quando trazem a queixa tendo como demarcação um ou mais transtornos no intuito de confirmar esse diagnóstico. A influência do senso comum que os supostos transtornos têm ganhado visibilidade, tem gerado grande influência aos pais que na busca de respostas para os problemas dos filhos, lançam-se aos pré-diagnósticos. Apresentarei a seguir um caso que vai na contramão dessa lógica, servindo como modelo de suspeita e resistência ao discurso hegemônico da medicalização, mesmo quando legitimado pelo discurso médico em sua sentença.

<sup>4</sup>O termo “rótulo” tem se constituído como mais consistente na descrição desses supostos transtornos,



mais explícito e ao mesmo tempo mais disseminado que o bullying, tendo em vista que a legitimidade do discurso médico e os meios de comunicação em massa tem dado grande visibilidade a estes fenômenos.

A psicologia, porém, não deve ser deixada de lado, pois muitos laudos psicológicos e tendências de psicólogos, tradicionalmente construídas na psicologia contribuem para a disseminação ideológica que ganha nos dias de hoje diversos rótulos, tidos como transtornos, mas que perdem a criança e as situações concretas de vista, pois o que é diagnosticado não é a criança, mas a aparência do fenômeno e sua manifestação, ou seja, a captação da superficialidade do fenômeno é o que constitui o rótulo que em movimento cínico ou ingênuo é tido por alguns como um diagnóstico.

O que leva um contingente significativo de crianças a comparecer para atendimento psicológico, tendo como queixas escolares fenômenos como bullying ou a medicalização? O que faz com que esses fenômenos tenham ganhado tanto espaço nos últimos anos a ponto de constituir em ponto comum nos discursos de diversos pais e educadores? Nossa hipótese é que as razões para tal, partem da construção de um discurso hegemônico de controle em que a medicalização e o bullying, são apostas tanto para a normatização do comportamento, como para o enriquecimento das indústrias farmacêuticas e os serviços de saúde em geral, em que a ausência de uma reflexão crítica, mais propriamente de caráter ético e filosófico, como proposto neste trabalho, garante a participação de profissionais da saúde para a legitimação desse discurso e a manutenção de seus honorários<sup>5</sup>.

No presente momento interessa-nos a discussão da relação de singularidade-particularidade-universalidade, proposta com base no argumento de Oliveira (2005):

Considerando-se a concepção histórico-social de homem, cuja matriz principal é a obra marxiana, a atuação do psicólogo fundamenta-se necessariamente na compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação (OLIVEIRA, 2005, p. 26).

No momento em que fenômenos como a medicalização e o bullying impõem-se como o centro da constituição da queixa e se deixa de lado a análise do contexto em que a criança pois a ausência ou mesmo a superficialidade de sua existência como diagnóstico clínico, leva à constatação de que essas classificações constituem-se como rótulos que inclusive pretendemos reforçar com a discussão teórica que os engloba como fenômenos pertencentes ao mundo da pseudoconcreticidade.

<sup>5</sup>Essa hipótese, não é original, sendo consolidada coletivamente na participação do Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade, além das atividades da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE), entre 2010 a 2014, mas no contexto da revisão deste texto, também expressa o amadurecimento do autor do artigo que confirma as hipóteses após quatro anos de atendimento clínico, que permitiu o contato com dezenas de crianças e adolescentes.



está envolvida, perde-se de vista a particularidade dessa relação, numa simplificação reduzida ao singular-universal, em que o particular fica excluído, fato que prepara o terreno para o mundo da pseudoconcreticidade.

A iniciativa de propor a presente discussão teórica é resgatar e explicitar a categoria da particularidade, a fim, de evidenciar as mediações que constituem a queixa escolar, produzida em um momento histórico específico permeado por forças ideológicas que por sua vez trabalham no sentido de mascarar contradições e assegurar uma visão específica de mundo.

O campo da educação tem sido extremamente importante para assegurar alguns valores sociais que por sua vez, mascaram os antagonismos de classe e impõem uma adaptação social que exige um modelo de criança que caso não se concretize, de alguma forma é excluída, ou encaminhada para atendimento psicológico. Ainda seguindo o rastro dos argumentos de Oliveira (2005):

[...] a importância da particularidade (na relação singular-particular-universal) na análise de um determinado fenômeno está no fato de que ela se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na singularidade. [...] Somente dessa forma é possível a aproximação do pensamento ao ser concreto da realidade em movimento, ao movimento processual da tensão entre universalidade e a singularidade, mediada pela particularidade. (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

O atendimento à queixa escolar orientado por essa reflexão leva em conta a estrutura social e a explicitação dos mecanismos que constituem a queixa e não somente a título de análise, mas principalmente no sentido de fundamentar as intervenções que visem mudanças na rede de relações da criança e na superação da queixa escolar.

É levando em conta a discussão empreendida até aqui que podemos considerar a seguinte colocação de Karel Kosik:

O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. *O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta.* (KOSIK, 2011, p. 20, grifos nossos)

Desconsiderar as mediações que constituem a queixa escolar, ignorando o contexto em que elas são produzidas e que inclusive constituem a criança concreta em sua sin-



gularidade é conferir uma existência autônoma aos fenômenos de pseudoconcreticidade, tais como os expostos aqui, conferindo-lhes uma existência independente.

Apoiamos nossos argumentos até este ponto em Oliveira (2005) que nos ajuda a sintetizar a presente exposição e a explicitar o que entendemos por compromisso ético-político do psicólogo fundado na sua ruptura com a psicologia tradicional:

Tendo em vista o que aqui foi exposto, a questão epistemológica da relação singular-particular-universal na atuação do psicólogo terapeuta e pesquisador constitui-se na relação entre a singularidade (o indivíduo) e a universalidade (o gênero humano), a qual se concretiza através das múltiplas mediações determinadas pelas relações sociais específicas do contexto (a particularidade) em que o indivíduo está inserido. [...] (OLIVEIRA, 2005, p. 50).

A seguir serão expostos dois casos que foram orientados com a reflexão teórica exposta, levando em conta tanto o conceito de pseudoconcreticidade como a relação de singular-particular-universal. Cabe esclarecer que não há intenção de oferecer formas rígidas de atuação ou regras formais que excedam a reflexão proposta neste texto, de modo, que não será apresentada uma análise sistemática, mas apenas a apresentação desses casos e algumas intervenções durante os atendimentos em Orientação à Queixa Escolar (OQE).



## 4 O CASO DE LAURA: ENTRE A APARÊNCIA E A ESSÊNCIA DA PSEUDOCONCRETICIDADE

As reflexões deste texto, foram sistematizadas no curso de aperfeiçoamento, no entanto, remontam desde o período de estágio do último ano de minha graduação em Psicologia e persistiram na minha experiência como psicólogo clínico nos últimos anos.

Tomarei como exemplo, somente um caso clínico<sup>1</sup>, cujo atendimento se deu no período do curso de aperfeiçoamento, tornando-se emblemática por três motivos: primeiro, porque ilustra perfeitamente a reflexão sobre pseudoconcreticidade; segundo, a aparência do fenômeno, ou seja, da queixa escolar, que centraliza a questão na criança, responsabilizando-a pelo fracasso do ensino, constitui-se pela medicalização e o bullying, como elementos discursivos; terceiro, casos como este repetem-se com frequência na minha experiência clínica, exigindo um aprofundamento investigativo e uma reflexão filosófica e ética, sem a qual, o psicólogo reproduzirá o discurso hegemônico da culpabilização, não interferindo, mas contribuindo para a perpetuação do sofrimento psíquico.

Não descreverei detalhadamente o processo, mas somente o essencial que se refere ao tema, destacando fatos relevantes que contribuem para o propósito deste texto.

Laura, uma garota negra de 12 anos, cursava o 6º ano durante o atendimento em uma escola privada. Ela morava com o pai e a madrasta, ambos viviam juntos desde que a garota tinha quatro anos, o casal teve uma filha nesse segundo casamento. A mãe da garota fica com a filha nos fins de semana, ela também se casou e teve uma filha nesse outro relacionamento, as famílias mantêm contato, mas não são próximas.

---

<sup>1</sup>Este atendimento ocorreu no 2º semestre de 2012 nas dependências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O processo de atendimento completo consistiu em um primeiro atendimento com o pai e a madrasta, onze encontros individuais com a criança e uma sessão de encerramento com a família. Durante o processo também foram realizados, uma sessão com a mãe de Laura, um encontro com a psicóloga que atendeu a garota anteriormente em clínica particular (nas próprias dependências da USP, onde ela cursava uma pós-graduação), uma sessão individual com o padrasto e uma visita à escola. Foi realizado um contato telefônico para realizar um acompanhamento com a madrasta, o pai e a criança, meses após o atendimento ser encerrado.



Os responsáveis de Laura relataram que ela tem dificuldade na leitura e na escrita. A garota ficava muito ansiosa nos períodos de provas na escola, o que comprometia o seu rendimento escolar, além de gerar sofrimento psíquico notado pelas pessoas ao seu redor. A escola, por sua vez, responsabiliza-a pelas dificuldades, argumentando que é uma aluna dispersa e sem interesse e que os pais não colaboram no processo de escolarização.

Tendo em vista, a abordagem de OQE, após a triagem realizada pela supervisora, estabelecendo os critérios dos casos que se enquadravam em queixas escolares, o psicólogo atendeu o pai e a madrasta, visando circunscrever as queixas e a trajetória escolar da criança.

Laura iniciou sua trajetória em um Centro Educacional Unificado (CEU), aos 5 anos de idade, permaneceu na instituição até o 1º semestre do 3º ano do Ensino Fundamental I, quando foi transferida para a atual instituição privada, onde desde o início as dificuldades escolares eram evidentes, sobretudo, no campo da Língua Portuguesa. O motivo da transferência foi porque os responsáveis estavam insatisfeitos com a escola, pois a professora, atendia uma sala com quarenta crianças, não conseguindo dar atenção necessária aos alunos.

A segunda escola não conseguiu trabalhar as dificuldades da garota que foi sendo promovida até o 5º ano, momento em que foi reprovada, implicando na transferência para outra instituição, onde ficou apenas um ano sendo transferida novamente para a escola anterior onde permanece até o presente atendimento e se encontra no 6º ano<sup>2</sup>.

A garota tem uma trajetória extensa em serviços de saúde, já passando por dois atendimentos psicológicos em clínica escola – um individual e outro grupal, com a família –, um terceiro em clínica particular, este sendo fundamental para trabalhar a autodepreciação, ocasionada por brincadeiras racistas na escola, impulsionada por colegas, ao notarem um problema de pele que se manifestava nas mãos da criança.

Laura também passou por atendimento fonoaudiológico e por alguns médicos, além de fazer exames para verificar a existência de algum problema que interferisse na sua aprendizagem, nada foi encontrado e foi constatado que a garota era perfeitamente saudável, tendo como única exceção um neurologista que em apenas uma consulta de poucos minutos diagnosticou a garota como portadora de Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade (TDAH), porém, os responsáveis não aceitaram o diagnóstico e o medicamento prescrito.

---

<sup>2</sup>Nesse caso a garota mudou não apenas de escola, mas também de casa, pois foi morar com a mãe, porém o fato do pai e a madrasta terem mais condição e disponibilidade para oferecer apoio no processo de escolarização, levou a garota a voltar a morar com eles e ser matriculada na antiga escola.



O racismo sofrido pela criança, deixou rastros em sua história, era um assunto evitado por ela, mas notadamente presente em seu cotidiano, aparentemente, não havia mais brincadeiras, mas ainda permanecia um ferimento psíquico, extensamente trabalhado pela psicóloga anterior que ainda reverberava na negação sobre esse assunto, a escolha era o silêncio. O psicólogo que a atendeu era branco, dificultando o acesso ao tema.

O foco nesta temática, não é gratuito, mas importante, encontrando-se como um elemento fundamental no atendimento psicológico de crianças que é a compreensão do racismo, constituinte da imobilização de Laura no ambiente escolar em sua escolarização, não se restringindo às dificuldades de aprendizagem, mas nas condições de aprendizagem e socialização, onde o que prevalecia no ambiente era o silêncio em relação ao racismo.

Tomando um exemplo, de uma dessas brincadeiras que faziam parte do cotidiano escolar de Laura e que pareceu a marcar bastante foi o apelido que fazia um trocadilho com um de seus sobrenomes, em que as crianças chamavam-na de Laura Macaca. Essa situação era de conhecimento dos educadores que aparentemente repreendiam esse comportamento dos alunos, porém, em uma ocasião, uma das professoras ao fazer a chamada na sala de aula reproduz acidentalmente o apelido, gerando risos na turma que são logo abafados pela repreensão dessa professora que segundo a própria Laura, não voltou mais ao assunto, permanecendo e reforçando o silêncio do preconceito, o silêncio do racismo, o silêncio que esconde e explicita o sofrimento<sup>3</sup>.

Este silêncio naturaliza uma condição social, permitindo a reprodução do racismo encampado em “brincadeiras”, apelidos, comentários, dentre outros mecanismos possíveis. O silêncio é a convivência e o bullying, como nos lembra Carla Biancha Angelucci, é a manifestação do preconceito, do racismo e do silêncio. A instituição ensinou Laura escolher pelo silêncio, permitindo que a ferida ficasse aberta.

Uma intervenção singela do psicólogo, quando a garota escolhia os lápis de cores para desenhar foi marcante no atendimento. Laura escolhe o lápis bege, nomeando-o como “cor de pele” e é corrigida por mim, nomeando a cor como bege e negando a classificação de “cor de pele”, pois havia muitos tons de cores. A garota sorri, mas não retorna ao assunto, em outra sessão pega um lápis marrom para pintar seus personagens, o que até então era não havia feito nos atendimentos. Neste exemplo, o silêncio do racismo não foi respeitado, mas enfrentado, lembre-se, por um psicólogo branco que negou a suposta hegemonia de uma cor de lápis<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>Os capítulos do livro organizado por Souza (2010), intitulados “Humilhação social: humilhação política” de José Moura Gonçalves Filho e “Para cuidar da dor do aluno negro gerada no espaço escolar” de Elizabeth Fernandes de Souza, foram importantes para conduzir o atendimento.

<sup>4</sup>A experiência clínica nos últimos anos permitiu exemplos numerosos nesse exato contexto na escolha





O procedimento de OQE foi seguido no que tange ao contato com a escola, no envio do questionário e no agendamento de uma conversa presencial na instituição no entanto, foram enviados dois questionários, um direcionado à professora de Português e outro à professora de Ciências. A primeira, um claro desafeto da garota que se sentia desassistida e desconfortável, sobretudo, no campo em que residiam suas maiores dificuldades escolares, ao passo que a segunda, era uma professora que a acolhia e a potencializava na aprendizagem.

Laura foi informada que os questionários seriam enviados antecipadamente e lhe foi esclarecido a função desses documentos, as questões foram lidas com ela antes do envio que se deu, por meio de dois envelopes encaminhados para a escola e devolvidos para mim, por meio da madrastra da criança.

O conteúdo dos questionários respondidos não foi apresentado para ela, antes de serem analisados pelo psicólogo que os trouxe para uma conversa em sessão, já apropriado com o conteúdo e com um planejamento da visita à instituição, também de conhecimento da garota, cujos detalhes foram acertados com ela, assegurando o sigilo terapêutico.

As respostas dos questionários eram flagrantes no que tange a diferença de visões de ambas as educadoras, enquanto a professora de Português responsabilizava a garota pela dificuldade de escolarização, não apontando soluções ou mudanças de estratégias para atender essas dificuldades, a professora de Ciências reconhecia a potencialidade da garota, criando alternativas que a ajudavam se apropriar do conteúdo.

A visita que foi agendada na escola para ocorrer com o psicólogo, as duas professoras e a diretora, mas houve um imprevisto, comunicado de última hora, impedindo a presença da professora de Ciências. O encontro tentou analisar a situação de Laura em um contexto mais amplo, situando as potencialidades da garota, observadas por mim, os pais e a professora de Ciências, mas a professora de Português e a diretora, não aceitavam discutir essas alternativas, alegando que tudo que era possível já havia sido feito, mas se colocando à disposição para ajudar, o que estranhamente se recusavam naquele encontro, já que a responsabilidade era dos pais e de Laura e de algum problema nela, ainda não localizado.

Na sessão, após a visita na instituição escolar, Laura relatou que sentia diferença na do lápis bege como “cor de pele”, tanto por crianças negras, quanto por crianças brancas, a intervenção se mantém na negação dessa classificação e na afirmação da multiplicidade de cores, valorizando as diversas etnias. A intervenção não precisa ser corretiva no sentido de repreensão, mas assertiva, abrindo portas para a compreensão das diversas possibilidades étnicas que uma criança pode representar, não aderindo somente ao modelo branco, mas a outros tantos, inclusive à sua própria cor, quando crianças negras ou pardas. Insisto que o silêncio do psicólogo neste contexto específico é compactuar com o discurso racista, eximindo-se da responsabilidade em demonstrar às crianças a multiplicidade étnica no mundo em que vivem.



sua relação com a professora que explicava com mais calma, utilizando mais exemplos e abrindo espaço para que ela esclarecesse dúvidas, algo até então incomum, ou seja, havia possibilidade de mudanças em intervenções que até aquele momento não haviam sido tentadas e mesmo, após negar possibilidades de mudanças, estas foram aplicadas.

O atendimento foi encerrado com uma atividade intitulada como “Carta-resposta”, que consistia na garota escolher uma das duas professoras que responderam o questionário para responder-lhe com suas próprias palavras, posicionando-se. Ela optou em escrever a carta para a professora de Português, manifestando sua indignação pelas afirmações no questionário, das quais discordava e reafirmando a sua capacidade de aprender quando lhe era dada uma oportunidade, o depoimento da professora de Ciências em seu questionário e a mudança de conduta recente da professora de Português só comprovavam esse argumento.

Laura teve de lidar com a sua ansiedade e com sentimentos hostis reservados à educadora que representa também a posição acusatória da escola que a responsabilizou pelas suas dificuldades. A atividade serviu para ressignificar o seu potencial e reafirmar-se como capaz de superar suas dificuldades, por meio de uma atividade de escrita, campo de suas dificuldades que exigiu auxílio do psicólogo, sendo possível observar que ela era capaz de escrever, com muita dificuldade.

O término dessa atividade culminou com o fim dos atendimentos e a reconstituição do processo que tinha como um dos objetivos apropriar Laura de que as dificuldades de escolarização não residiam de um problema dela, mas que surgiram de uma longa história.

Laura no fim do atendimento tinha clareza que suas dificuldades não vinham de problemas internos, sabia também que era mais inteligente do que imaginava e que outros interesses em sua vida mostravam isso, passou a compreender que com algumas mudanças as coisas poderiam melhorar, a começar pela mudança de escola que além de ser um desejo seu, era uma das iniciativas de seus responsáveis, insatisfeitos com a instituição.

Este atendimento propiciou o desvelamento do preconceito que a escola tem com os pais, quando não individualizava o fracasso escolar na criança, tendia a argumentar que o descaso dos responsáveis era o motivo do rendimento insatisfatório. A visita na escola deixou isso claro, apesar do discurso ambíguo das educadoras que tendiam a ignorar o contexto da própria instituição e a centralizar a questão apenas em Laura e suas dificuldades.

O pai e a madrasta da garota se esforçavam muito para ajudá-la, impossível não levar



em conta os atendimentos que Laura passou e exigiu a mobilização deles, os esforços para auxiliá-la nas lições de casa e nos estudos quando as avaliações se aproximavam, todos esses aspectos apesar de ser do conhecimento da escola, que inclusive mantinha um diálogo frequente com os responsáveis da garota que compareciam às reuniões, simplesmente eram ignorados, não permitindo efetivamente uma ação conjunta.

A procura por auxílio psicológico diretamente ligado às questões escolares que culminou no presente atendimento foi uma das tentativas de ajudar Laura. O pai e a madrasta por conviverem cotidianamente com a garota, acompanhando-a dia-a-dia, sabiam que ela não tinha nenhum problema orgânico mesmo antes dos exames realizados, o que se evidenciou na recusa do diagnóstico equivocado do neurologista e sua prescrição medicamentosa que, por sua vez, ignorando por completo a experiência da criança, o discurso dos pais e mesmo os detalhes da escola, processo que não se constrói em uma única sessão.

Foi recomendado que os pais, como haviam planejado, transferissem a garota para outra escola, onde ela dispusesse de um espaço diferente, em que as marcas de seu passado, a culpabilização da escola anterior e o ambiente silenciosamente racista, dessem espaço para um novo lugar, onde as relações poderiam ser construídas, com novos vínculos, onde a instituição pudesse olhar Laura com outros olhos. Caso, a instituição não conseguisse lidar de imediato com as questões de leitura e escrita, recomendou-se reforço pedagógico no campo da Língua Portuguesa, mas não antes do trabalho pedagógico na nova instituição.

Nesse momento solicitar que a garota não fosse encaminhada para outro atendimento em serviço de saúde, ou mesmo, prolongar o atual atendimento, foi apostar na potencialidade de Laura diante das mudanças e focar que as questões em jogo eram de ordem pedagógica, sendo estas o centro da discussão, no que tange ao processo de escolarização, pois, as dificuldades eram reais, havia uma defasagem que precisava ser trabalhada.

Após o término do atendimento, alguns meses depois, o psicólogo entrou em contato com os responsáveis para verificar o andamento do caso. Laura havia sido transferida de escola, foi matriculada em outra instituição privada, onde estava satisfeita, pois lá não a enxergavam como uma aluna limitada, tinha aulas mais interessantes, participava de atividades esportivas extracurriculares que a ajudaram a integra-se nesse novo ambiente, com seus novos colegas, de modo que estava mais participativa, em um espaço com educadores que a acolhiam.

Não ignoro que as feridas de um processo racista na infância que se desenvolveram nos



anos escolares iniciais estejam de todas curadas, mas ao menos Laura teve duas ocasiões com quem partilhar, auxiliando-a minimamente a não ser refém do silêncio racista.

O pai e a madrasta informaram que ainda não era possível saber se a garota tinha recuperado seu rendimento escolar com notas satisfatórias, pois as avaliações não haviam sido realizadas, mas ela estava mais participativa, aplicando-se nas lições. A família teve apoio da instituição em construir junto com a garota uma nova trajetória.

Laura aparentemente estava mais interessada com a nova escola que a integrou e permitiu reiniciar uma nova fase, além de conseguir algumas conquistas, como se locomover sozinha entre a casa e a escola, autonomia tão almejada por ela em alcançar a confiança de seus responsáveis. As coisas pareciam bem, a aluna problemática, passou a ser interessada, não havia mais suspeita de transtorno que a incapacitavam em aprender, já que as condições mudaram e Laura também mudou. A garota que não aprendia e não gostava de estudar, que no passado esforçava-se em se ausentar na escola, passou a se queixar quando tinha de faltar.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo este texto, exatamente do ponto inicial, reafirmando que a exposição não traz nada inédito, tendo em vista o desenvolvimento histórico da Orientação à Queixa Escolar, como uma abordagem de atendimento psicológico, no entanto, sistematizar uma reflexão no campo teórico para discutir fenômenos como medicalização, bullying e racismo, temas tão presentes na clínica infantil, torna-se fundamental.

Nós, psicólogos e profissionais em geral do campo da saúde e da educação, vemo-nos na responsabilidade de contribuir para a reprodução do sofrimento psíquico ou para a sua superação. No primeiro caso, compactuamos consciente ou inconscientemente com o mundo da pseudoconcreticidade, no segundo, abarcamos uma discussão crítica, rompendo com a aparência da pseudoconcreticidade, o que torna nosso ofício mais árduo, mas acaba por ser coerente com a nossa função da defesa de uma saúde mental, pautada em uma ética humanista. Não há meio termo, ou terceira via. Psicologia sem filosofia, não é ciência neutra, é ideologia comprometida com o discurso das classes dominantes.

Pense-se, como acontece muitas vezes, se os responsáveis de Laura, tivessem aderido à autoridade médica do neurologista que a diagnosticou com TDAH.

Muitos pais o fazem, no desespero de ajudar seus filhos, dando início a uma longa carreira em serviços de saúde com atendimentos multidisciplinares, contribuindo para a medicalização da vida, onde todas as questões levantadas neste estudo de caso, seriam simplesmente ignoradas, inclusive, possivelmente a manifestação do racismo e a atenção, não para as condições de aprendizagem, mas para as condições de ensino, pouco favoráveis em um ambiente hostil de “bullying”. Em outras palavras, o mundo da pseudoconcreticidade estaria posto, uma armadilha perversa em que a ausência de uma análise crítica torna todos os envolvidos como cúmplices do discurso hegemônico da normatização.

A ruptura com os processos de controle em nossa sociedade e as possibilidades de reflexão para romper com a carreira de sofrimento não só psíquico, como político provém de vários referenciais teóricos. Aqui, restringimos a reflexão ao materialismo histórico-



dialético, não ignorando outras alternativas, mas insistindo que sem filosofia na Psicologia, não há ética efetivamente comprometida com a saúde mental.



## 6 BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 3ª ed. São Paulo: Unimarco Editora/ Educ, 2003.

FEIJÓ, Ivana Serpentino Castro. *O discurso de psicólogos sobre sua prática: continuidade e ruptura*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2000.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. *A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na- escola*. Campinas: Mercado das letras, 2001.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.) *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

OLIVEIRA Betty. A dialética do singular-particular-universal. In. ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilda Renildes de; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. (Orgs.) *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Juliana Célia.; BARBOSA, Altemir José Gonçalves (2012). Bullying entre estudantes com e sem características de dotação e talento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (4), 747-745. Recuperado em 13 de dezembro de 2019, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722012000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000400014)

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, Beatriz de Paula. Apresentando a Orientação à Queixa Escolar. In.: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.). *Orientação à Queixa Escolar*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010a.



SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Prontuário revelando os bastidores: do atendimento psicológico à queixa escolar. In.: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.). *Orientação à Queixa Escolar*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010b.

SOUZA, Beatriz de Paula. A medicalização do ensino comparece aos atendimentos psicológicos. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.) *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010c.